

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

“A POLÍTICA COMERCIAL CHILENA E SUAS IMPLICAÇÕES”

Otávio Merçon

No. de matricula: 0813471

Orientadora: Eliane Gottlieb

Junho/2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

“A POLÍTICA COMERCIAL CHILENA E SUAS IMPLICAÇÕES”

Otávio Merçon

No. de matricula: 0813471

Orientadora: Eliane Gottlieb

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Junho/2012

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| 1. Introdução..... | 5 |
| 2. Abertura Comercial: uma Visão Teórica..... | 7 |
| 2.1. Fatores Específicos..... | 8 |
| 2.2. Economias de Escala..... | 9 |
| 2.3. Unilateralismo vs Bilateralismo..... | 10 |
| 3. Por que a Abertura Comercial Pode Ser Boa para o Chile?..... | 13 |
| 4. Abertura Comercial Chilena na Prática e suas Implicações..... | 16 |
| 4.1. O Chile Pré-1973..... | 16 |
| 4.2. A Liberalização Comercial e suas Implicações..... | 19 |
| 5. Alternativas para o Modelo Econômico Implementado..... | 27 |
| 6. Conclusão..... | 30 |
| 7. Bibliografia..... | 32 |

1. Introdução

O processo de abertura econômica se inicia, no Chile, com o golpe militar de 1973. A política econômica socialista de Salvador Allende é substituída por uma política econômica que dá grande relevância à abertura econômica para o capital externo. Com isso, se encerra um ciclo de estatização no Chile, e se inicia um ciclo de implementação de medidas neoliberais, onde o Estado é o regulador da economia, e onde o capital estrangeiro é o principal promotor de desenvolvimento do país.

A equipe econômica do regime autoritário foi pioneira ao adotar medidas neoliberais, porém, este arcabouço não foi o único utilizado pelo governo no período ao qual o General Augusto Pinochet esteve a frente do país. Políticas consideradas keynesianas também tiveram sua importância em seu devido momento. Isso nos leva a crer que a combinação destes arcabouços é o que justifica tal sucesso, num período marcado por choques externos de oferta e acesso restrito ao mercado internacional de capitais.

O regime militar termina com grande insatisfação quanto a economia. O final dos anos 80 foi marcado por políticas voltadas para o fortalecimento da posição de exportador, com a desvalorização do peso chileno, e pelo ambiente econômico mais favorável à entrada de capital externo nos países emergentes, dada a recuperação do cenário internacional. Tudo isso junto à valorização do preço internacional do cobre, fez com que o Chile mantivesse taxas de crescimento superiores a maior parte dos países latino-americanos.

Os anos 90, com a redemocratização, e os anos 2000 foram caracterizados por políticas sociais, diminuição da dependência das exportações do cobre para o crescimento, diminuição da pobreza e da desigualdade e da consolidação do Chile como uma economia pequena voltada para a exportação, com a continuidade do regime de tarifas decrescentes de importação implementadas no governo autoritário e com o aumento dos tratados de livre comércio. Este último acaba por mudar o processo de abertura econômica chilena nos anos 90, uma vez que a mudança do contexto internacional vai fazer com que a liberalização econômica unilateral perca espaço frente a onda crescente do regionalismo.

Com isso, esta monografia pretende avaliar quais são as implicações da abertura comercial para o bem-estar da sociedade chilena, e será desenvolvida em 6 seções. A seção 1 é esta introdução. A seção 2 mostra as principais considerações teóricas sobre a

abertura comercial. A seção 3 analisa a razão pela qual o Chile poderia se beneficiar da abertura comercial. A seção 4 apresenta o estudo do caso chileno. A seção 5 propõem possíveis melhoras para o modelo econômico implementado, e a seção 6 concluí o trabalho.

2. Abertura Econômica: uma Visão Teórica

Há duas razões básicas que justificam o comércio entre países. A primeira delas diz respeito aos ganhos de bem-estar que podem ser gerados pela existência de vantagens comparativas exploráveis pelos países. Já a segunda diz que o comércio internacional pode levar países ao patamar de economias de escala, uma vez que a demanda externa por produtos nacionais vai fazer com que os custos fixos tenham menor influência na formação do preço dos produtos.

Neste estudo, vamos utilizar dois modelos para fazer a análise dos fatos. O primeiro modelo de Fatores Específicos, foi desenvolvido por **Paul Samuelson e Ronald Jones** e ilustra os movimentos de fatores de produção, e suas consequências alocativas para os diversos grupos do país. Esse modelo se encaixa no contexto inicial de realocação de fatores de produção, que viveu o Chile a partir da abertura comercial iniciada em 1973. Já o segundo modelo de Economias de Escala, pretende explicar melhor quais são os incentivos de uma economia pequena para engajar-se no mercado internacional. Deste modo, um país como o Chile, pode ser muito favorecido pela produção em larga escala. Uma das razões para isso é que a produção para o mercado interno, exclusivamente, não permite que o setor privado incorra com pesadas formações brutas de capital fixo, já que isso implicaria preços muito elevados ou até mesmo impossibilidade de produção. O setor público é, nesse caso, essencial para a promoção do crescimento, e sua intervenção pode resolver a falha de mercado. Porém, isso acaba dando margem para corrupção, favorecimento de grupos de interesse especiais e alocação ineficiente de recursos.

Com isso, a primeira parte do capítulo introduz os conceitos teóricos básicos essenciais para o entendimento dos modelos de economias de escala, e de fatores específicos, porém, sem deixar de lado o uso dos conceitos e premissas dos modelos existentes de vantagens comparativas para complementar o entendimento do tema em questão.

A segunda parte se trata de uma breve comparação sobre as vantagens e desvantagens de uma abertura econômica unilateral e bilateral. O entendimento da mesma é importante, pois no início dos anos 1990, há uma mudança no contexto internacional que leva a maior importância do regionalismo, e por consequência, acaba

penalizando a abertura comercial unilateral praticada pelo Chile até o final dos anos 1980.

2.1. Fatores Específicos

As hipóteses do modelo de fatores específicos se assemelham as do modelo ricardiano, onde a concorrência é perfeita, os países não podem afetar os preços internacionais, os retornos são constante a escala, não há barreiras comerciais no resto do mundo e os custos de transporte são inexistentes. Da mesma forma, temos uma economia que produz dois bens e que pode alocar a oferta de trabalho em dois setores, sendo trabalho, o único fator de produção do modelo.

Diferente do modelo ricardiano, o modelo de fatores específicos permite a existência de outros fatores de produção além do trabalho, porém, trabalho é o único fator móvel da produção a ser alocado, enquanto que terra e capital são fatores específicos. Com isso, combinações de terra/capital e trabalho permitem a produção de bens particulares, e as diferenças de recursos entre os países justificam o comércio internacional, uma vez que as curvas de oferta relativa serão diferentes (**Krugman e Obstfeld, 2003**).

No comércio internacional, o setor de fator específico que exporta se beneficia da troca internacional, enquanto que o setor de fator específico que importa, acaba perdendo com a entrada de produtos mais baratos a preços relativos mais baixo. O fator móvel, trabalho, pode se beneficiar ou não dependendo da sua alocação em importação ou exportação. Então, os ganhos do comércio internacional são ambíguos. Porém, **Krugman e Obstfeld (2003)** argumentam que as perdas distributivas causadas pela entrada no comércio internacional não se diferem em nada das perdas distributivas advindas de outras mudanças econômicas não reguladas, e com isso, não seria razoável fechar o país para o comércio internacional, uma vez que as perdas podem ser compensadas, principalmente quando a origem da perda de bem-estar é conhecida.

No mundo real, o comércio internacional gera forte redistribuição de renda. Isso se dá por dois motivos: a realocação dos fatores de produção não se dá de maneira instantânea e sem custos, e mudanças na composição da produção do país têm efeitos diferentes na demanda de cada fator de produção. As perdas geradas pelo livre comércio são a principal razão para a imposição de barreiras alfandegárias.

2.2. Economias de Escala

A existência de vantagens comparativas não é a única justificativa para o comércio internacional. Quando há retornos crescentes a escala, empresas pequenas têm desvantagem em relação às empresas grandes, e com isso, pode haver a formação de monopólios ou oligopólios. O modelo anterior desconsidera essa possibilidade, então, as hipóteses de retornos constantes a escala e concorrência perfeita podem não valer para todos os casos.

O modelo desenvolvido para economias de escala nos diz que um país deve se especializar na produção de alguns bens e outros países em outros. A existência de retornos crescentes a escala vai fazer com que o aumento da produção do bem no país, aumente a produção final em uma razão maior que um para um. Porém, isso implica que o país que se especializa em maçãs, por exemplo, vai ter que deixar de produzir bananas para alocar seus fatores de produção na produção de maçãs. O modelo nos diz, então, que a comercialização desses bens no mercado internacional vai tornar possível o consumo de toda a gama de produtos em ambos os países, podendo inclusive, ser ofertada uma quantidade maior de produtos que seriam ofertados sem a especialização e o comércio internacional (**Krugman e Obstfeld, 2003**).

Para tanto, existem dois tipos de economia de escala. Economias externas de escala são aquelas que ocorrem quando o custo unitário depende do tamanho da indústria, mas não necessariamente do tamanho das empresas, enquanto que economias internas de escala são aquelas que dependem do tamanho das empresas para determinar o custo unitário, mas não dependem do tamanho da indústria como um todo.

As economias externas de escala são geralmente caracterizadas pela existência de muitas empresas pequenas que formam um aglomerado industrial em concorrência perfeita. Já as economias internas de escala são formadas por monopólios ou oligopólios, ou seja, concorrência imperfeita, onde empresas grandes têm vantagens sobre as pequenas.

Os ganhos do livre comércio se dão de diversas maneiras nos modelos de economias de escala. Quando o comércio é feito entre países com a oferta de fatores de produção parecida, ou seja, comércio intraindústria, os efeitos distributivos gerados pela mudanças de preços relativos (como descritos no subcapítulo **2.1**) são muito pequenos.

Krugman e Obstfeld (2003) citam as evidências da Europa a partir de 1973, com a instituição da área de livre comércio de manufaturas, que aumentou drasticamente o comércio internacional sem causar efeitos distributivos relevantes. Isso se deu, pois os produtos comercializados eram extremamente diferenciados e a utilização de economias de escala era muito grande, fazendo com que os ganhos de produtividade fossem enormes. Os autores também argumentam que, o comércio intraindústria produz ganhos de comércio internacional extra, que vão além do comércio interindústria gerado pelas vantagens comparativas. Os efeitos distributivos do comércio interindústria são aqueles mencionados no subcapítulo anterior.

2.3. Unilateralismo vs Bilateralismo

Chamamos de política comercial unilateral, aquela que consiste em uma redução unilateral das barreiras de controle ao comércio, sem que haja negociação ou redução por parte de outros países. Por conseguinte, uma política comercial bilateral consiste na formulação de acordos de redução de barreiras ao comércio entre dois países¹.

Sob as hipóteses do modelo descrito no subcapítulo 2.1: 1) concorrência perfeita; 2) mudanças de preços internos não afetam os preços internacionais; 3) os retornos são constante a escala; 4) não há barreiras ao comércio no resto do mundo; 5) não há custos de transporte; não há vantagens na liberalização unilateral que não possam ser obtidas pela liberalização bilateral. Mas o fato de que as duas resoluções atingem o mesmo resultado não implica que não haja custos maiores em sua implementação, uma vez que hipóteses tão rígidas podem gerar resultados equivocados. **Velasco e Tokman (1993)** argumentam que uma política comercial unilateral vai ser sempre melhor, pois a redução das barreiras comerciais vai afetar todos os produtos da economia, e não somente aqueles que estiverem listados nos acordos bilaterais já engajados. Isso se dá, pois de maneira a prover todos os bens importados que a população demanda, seriam necessários vários acordos bilaterais que tornariam o processo de abertura longo e custoso, porém gradativo.

A remoção de todas as barreiras de forma unilateral, vai fazer que os preços internos converjam aos preços internacionais. Por consequência, as empresas que são ineficientes vão ser forçadas a aumentar a eficiência para poder competir com as

¹ Frequentemente chamadas de Política Comercial Regional, quando os acordos bilaterais são feitos por dois ou mais países de uma região geográfica específica.

importações, ou terão que alocar o capital em outra atividade mais produtiva, eliminando assim, as distorções de preços. Além disso, haverá uma absorção de tecnologias por meio da importação de bens de capital dos países mais desenvolvidos. Por outro lado, a abertura imediata da economia, vai causar fortes movimentos distributivos, gerados pelo desemprego e pela inflação no curto e médio prazo. Isso nos leva a crer que uma abertura econômica mais gradativa pode ser menos custosa para a população.

Essa não é, porém, a única vantagem do bilateralismo. A abertura bilateral pode trazer incentivos ao desenvolvimento de novos setores da economia. **Fuentes (1997)** argumenta que o unilateralismo não abre novos mercados, uma vez que não afeta a política comercial de outros países. Isso significa que um país que negocie um acordo bilateral com outro, poderá negociar a redução de barreiras para um setor específico, buscando o desenvolvimento interno de um setor ou atividade. Em contrapartida, o processo de negociação de acordos bilaterais é, muitas vezes, voltado para o favorecimento de grupos de interesses especiais, que não necessariamente vão visar o bem-estar público. Além disso, acordos bilaterais podem causar perda de bem-estar, uma vez que as preferências tarifárias podem fazer com que o país local importe bens de pior qualidade, que somente estão sendo importados por causa do acordo. **Krugman e Obstfeld (2003)** citam o exemplo da indústria automotiva brasileira altamente protegida e ineficiente, que tem lugar cativo no portfólio de importações argentino. Isso se deu a partir de acordos bilaterais que levaram ao MERCOSUL, e geram grande perda de bem-estar para ambos os países. No caso do Brasil, por conta da alocação ineficiente de recursos no setor automotivo, que acaba penalizando outros setores da economia. Já no caso da Argentina, a importação de carros brasileiros de baixa qualidade implica na não importação de carros coreanos, por exemplo, que têm qualidade superior e preço altamente competitivo.

Em outro trabalho, **Krugman (1989)** discute as possíveis desvantagens da formação de blocos regionais. Ele constata que com os frustrantes progressos de negociação do GATT, na direção de diminuir restrições em setores como agricultura e serviços, houve uma busca por alternativas para aumentar o comércio internacional. A solução encontrada foi acordos bilaterais. Porém, seu trabalho mostra que apesar de haver um aumento no comércio internacional, o efeito do fechamento para o mundo pode vir a reduzir o bem-estar, na medida que, cada vez mais produtos estão sendo

intercambiados por meio das preferências tarifárias. No longo prazo, esse processo pode estagnar o desenvolvimento dos produtos pela redução da competição.

Apesar de haver muitos pontos negativos no debate sobre o bilateralismo, temos que ressaltar que há vantagens evidentes nas negociações dos mesmo. **Krugman e Obstfeld (2003)** apontam que grande parte da redução do protecionismo no pós-guerra, foi feito por meio de negociações internacionais. Eles argumentam que acordos mútuos ajudam a mobilizar internacionalmente o apoio à abertura econômica, e a prevenção de guerras tarifárias. Além disso, a negociação de acordos com vizinhos pode ajudar a reduzir conflitos regionais. No caso do Chile, acordos com os vizinhos Argentina, Bolívia e Peru, foram muito importantes para o prolongamento da paz internacional, uma vez que desde a Guerra do Pacífico no século XIX, há frequentes questionamentos sobre os território anexados pelo Chile.

3. Por que a Abertura Comercial Pode Ser Boa para o Chile?

O Chile é um país com dimensão territorial média, porém, exposto a diversos climas, dada sua extensão continental. Esta exposição acaba por ser muito favorável à agricultura. Isso se dá, pois os diferentes climas são propícios à extração de diversos produtos agrícolas, tornando o Chile, um país com grande potencial produção de produtos alimentícios.

Além da agricultura, o Chile também apresenta vastas reservas de minerais, e grande potencial para aquicultura. A dotação inicial de parte dessas *commodities*, por si só, já demonstra a existência de vantagem comparativa. O Chile, ainda assim, é uma economia pequena, e como vimos no subcapítulo 2.2, a produção para o mercado interno pode não ser grande o suficiente para justificar o investimento inicial. Com isso, a abertura comercial pode fazer com que se instalem novas atividades extrativas no país que não estavam sendo produzidas pela escala reduzida.

Um país pequeno com demanda insuficiente para justificar a produção de um bem, faz com que as indústrias que existem tentem aproveitar os mesmos custos fixos para produzir outros produtos. Com isso, há um aumento do custo unitário, e há a formação de deseconomias de escala. Por um lado isso faz com que sejam ofertadas uma gama maior de produtos que não seriam ofertados pela escala reduzida, porém, isso também implica que esses produtos terão qualidade inferior e preços superiores ao mercado internacional. Em uma economia que são praticadas políticas de proteção à indústria interna, isso pode gerar subutilização e alocação ineficiente de recursos, uma vez que haverá um grande incentivo para que os empresários aloquem seus recursos nos setores protegidos, onde os lucros são garantidos pela ausência de concorrência. A abertura comercial fará com que essas empresas possam exportar sua produção, e possam especializar-se no que elas fazem melhor. Os produtos terão melhor qualidade e preços mais baixos. Do ponto de vista do consumidor, também haverá um ganho, uma vez que a teoria nos diz que o comércio internacional, por meio de economias de escala, também vai fazer com que uma maior cesta de produtos seja ofertada (**Krugman e Obstfeld, 2003**).

A abertura comercial proporciona às empresas chilenas a possibilidade de importar bens de capital e insumos mais sofisticados, fazendo com que haja um ganho de eficiência técnica produtiva. Do mesmo modo, a entrada de produtos estrangeiros vai

mudar os preços relativos vigentes no Chile, fazendo com que estes convirjam para os preços internacionais. Conseqüentemente, haverá um aumento da concorrência, que obrigará as empresas a se tornarem mais eficientes, fato que realocará o capital dos setores improdutivos para os produtivos. Isso também fará com que as empresas monopolísticas sejam obrigadas a baixar seus preços, gerando um ganho de bem-estar para a população.

O Chile tem sido um país tipicamente exportador de *commodities*, então, o intercâmbio comercial do país com o resto do mundo caracterizou-se basicamente por ser interindustrial, ou seja, comércio internacional justificado pela existência de vantagens comparativas. A abertura comercial dará a oportunidade para que os empresários locais tenham acesso a tecnologias mais sofisticadas, que provocarão um aumento de produtividade e um transbordamento tecnológico, ou seja, uma absorção das tecnologias estrangeiras pelo Chile (**Krugman e Obstfeld, 2003**). Com o passar do tempo, a melhora tecnológica recorrente trará benefícios, uma vez que haverá um grande incentivo para o desenvolvimento da educação e para a criação de novas tecnologias, e com isso, haverá um aumento do comércio intraindustrial e uma redução da dependência da exportação de *commodities*.

Krugman e Obstfeld (2003) argumentam que muitas vezes a abertura comercial pode não ser o que trará o maior bem-estar para o país. Uma combinação correta de incentivos aos setores geradores de bem-estar com políticas comerciais podem ser mais eficientes que a abertura comercial completa, porém, eles argumentam que a eleição dos setores considerados estratégicos pode ser duvidosa, uma vez que não é possível medir com precisão as variáveis do modelo de equilíbrio geral, e com isso, pode-se dar incentivos aos setores equivocados, alocando recursos de maneira ineficiente. Com respeito às políticas comerciais, eles citam a existência da tarifa ótima de proteção, porém, a escolha dessa tarifa pode ser uma tarefa complexa. Além disso, os autores dizem que políticas comerciais são geralmente controladas por fortes grupos de interesse, o que acabaria dificultando a implementação das políticas ótimas, uma vez que estes grupos gerarão distorções para que sejam alcançados seus interesses individuais.

A abertura comercial completa pode ajudar a reduzir a influência dos grupos de interesse especiais, uma vez que não serão implementados mecanismos de proteção para

setores específicos. A adoção de uma tarifa única de importação, ou até mesmo a remoção completa das tarifas, causará uma drástica redução da burocracia, que reduzirá o espaço para corrupção, uma vez que a forte concorrência não dará espaço para desvios ou favorecimentos.

A simplificação do sistema tarifário tornará o processo de importação de insumos e maquinários mais previsível e mensurável. Um sistema de tarifas de importação complexo acaba por criar custos extras de transação, que aumentam os custos da produção e reduzem o bem-estar total. Além disso, a mensuração dos efeitos da burocracia sobre a economia são difíceis de serem calculados pelas autoridades monetárias, e podem causar um aumento nas flutuações do produto, uma vez que os mecanismos de transição de política monetária dependem das flutuações cambiais, que em um sistema tarifário complexo, são distorcidos. Flutuações do produto, por sua vez, aumentam ainda mais os custos de transação dos empresários e reduzem o horizonte dos contratos **(Moreno, 2011)**.

4. Abertura Comercial Chilena na Prática e suas Implicações

Para que possamos entender o porquê da abertura comercial, primeiramente temos que descrever o contexto que, em 1973, levou o país de uma democracia frágil a uma ditadura militar violenta, e que apesar de tudo, foi considerada por muitos como sendo o momento ideal para a realização das reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento posterior. Assim, os próximos parágrafos descreverão brevemente a situação econômica do Chile, para que em seguida, possamos analisar como foram feitas as medidas e quais foram suas consequências para o bem-estar do país andino, a luz das ideias trabalhadas nos capítulos anteriores.

4.1. O Chile Pré-1973

A política econômica do Chile pré-1973 foi marcado por diversos planos econômicos para acelerar o crescimento por substituição de importações, nacionalizações e tentativas de diversificar as atividades produtivas por meio de incentivos pontuais. Essas sucessivas tentativas frustrantes levaram o país a uma maior instabilidade, que vai se intensificar com o governo socialista que assume em 1970.

Segundo o enfoque socialista, a expropriação dos monopólios e latifúndios e o uso dos excedentes em inversão social e redistributiva, levaria à estabilidade de preços e ao desenvolvimento econômico acelerado (**Castro, 1992**).

O forte intervencionismo estatal que se inicia, não se restringe às medidas descritas no parágrafo anterior. As desvalorizações do Escudo combinadas com os congelamento de preços de produtos considerados básicos, vão causar o surgimento de um mercado negro, que vai causar fome por todo o país. Essas medidas pretendiam controlar a inflação que crescia até 1970, porém, tiveram o efeito contrário do esperado, uma vez que a classe com renda mais alta, vai estocar os produtos de necessidade básica, resultando em maior desigualdade social e maior pressão sobre os preços.

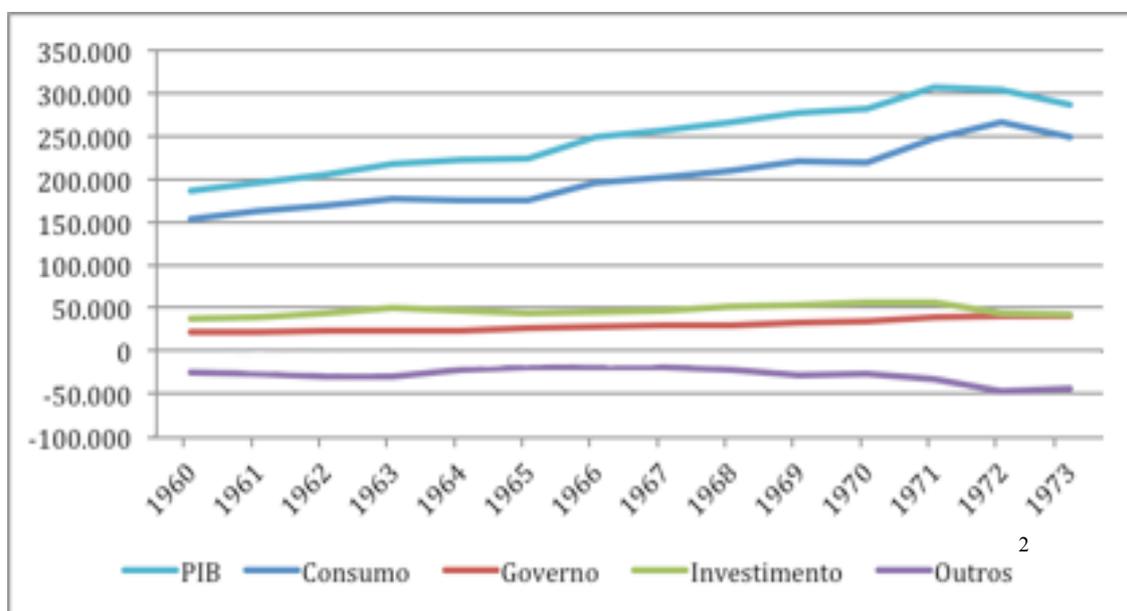
Esse processo, por sua vez, é condizente do ponto de vista teórico, uma vez que preços fixados a níveis artificialmente baixos, vão causar um desestímulo à produção de produtos alimentícios. Esse processo vai fortalecer a demanda interna, e junto com a elevação dos salários, vai causar a deterioração inevitável da balança comercial por meio de importações crescentes de alimentos, que tem crescimento de 277,6% no período, como observado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Importações por tipo de bem, em US milhões

| | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | Variação % |
|--------------------------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------|
| Importações | -956,0 | -1.014,9 | -1.102,6 | -1.447,4 | 51,4 |
| Alimentos | 135,5 | 192,2 | 317,9 | 511,6 | 277,6 |
| Consumo não alimentício | 99,3 | 89,5 | 138,9 | 139,1 | 40,1 |
| Bens intermediários não alimentícios | 445,0 | 485,2 | 460,2 | 553,4 | 24,4 |
| Bens de capital | 276,2 | 248,0 | 185,6 | 243,3 | -11,9 |

Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

Ao observarmos a **Tabela 1**, também podemos perceber a redução da importação de bens de capital. Isso se dá pelo aumento do custo de investimento resultante das desvalorizações do Escudo. Com isso, comprar equipamentos importados passa a ser mais caro, resultando num menor nível de investimento. A redução da formação bruta de capital fixo fica evidente, quando analisamos o **Gráfico 1**, que ilustra a evolução do gasto do produto a preços constantes de 1960 a 1973. Podemos ver que há uma clara redução do investimento, a curva verde, a partir de 1970.

Gráfico 1 - Evolução do gasto do produto a preços constantes em milhões de Pesos, 1960-1973.

Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

² O consumo corresponde ao gasto final das famílias e instituições sem fins lucrativos; O investimento corresponde à Formação Bruta de Capital Fixo; Outros, corresponde ao saldo da balança comercial, acrescido da Variação de Estoques.

A política cambial praticada no Chile até 1973, é chamada por **Castro (1992)** de nefasta em quase todo o período, sendo importante fator limitador do crescimento econômico, uma vez que restringia o acesso do setor exportador aos recursos produtivos necessários para sua implementação e/ou manutenção. Isso acaba criando um efeito artificial que favorece a substituição das importações, por meio da implementação de complicados mecanismos de controle de importações, e permite a importação de bens de primeira necessidade, mas dificulta a importação de bens de luxo e de bens dispensáveis. Esse mecanismo criado pelo governo vai gerar fortes distorções nos preços relativos, e vai desestimular a produção dos bens de primeira necessidade, setor ao qual o Chile apresenta vantagens comparativas, e vai fomentar uma indústria de produtos de luxo e dispensáveis que, muitas vezes, não apresentavam potencial produtivo. Esse processo acaba penalizando às exportações por meio da incapacidade da competição no mercado externo, e vai gerar um setor voltado para o mercado interno, onde investimentos em tecnologia e produtividade serão quase que nulos.

A política de substituição de importações também produziu resultados negativos nos setores de matérias primas. Isso se deu, pois a imposição de barreiras à importação vai impossibilitar a aquisição de maquinário necessário para a modernização da produção já existente, tornando-a mais cara e desinteressante para os compradores externos. Muitos desses setores, juntamente com a agricultura, poderiam ofertar produtos a preços competitivos no mercado externo, se fosse possível importar insumos e máquinas para a produção (**Fuentes, 1997**).

No governo socialista de Allende, a política cambial vai agravar ainda mais o problema de diversificação do portfólio. As sucessivas desvalorizações vão beneficiar o setor de exportação de minério, que vai atingir 87,8% das exportações totais em 1972, sendo o cobre, principal produto exportado, chega a 78,3%. Esse aumento não se dá, única e exclusivamente, por parte do aumento das exportações, mas também pelo efeito resultante deste aumento somado a redução das exportações de produtos não-tradicionais (**Castro, 1992**), como ilustra a Tabela 2. Há uma redução de 11,3% nas exportações de produtos não-tradicionais.

Tabela 2 - Exportações por tipo de produto, 1970-1973, em milhões de US\$ correntes.

| | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | Variação % |
|----------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|-------------|
| Exportações | 1.111,9 | 998,6 | 849,2 | 1.309,1 | 17,7 |
| Tradicionais | | | | | |
| <i>Cobre</i> | 839,8 | 701,2 | 618,2 | 1.048,7 | 24,9 |
| <i>Outras tradicionais</i> | 154,6 | 170,3 | 142,2 | 156,2 | 1 |
| Não tradicionais | 117,5 | 127,1 | 88,8 | 104,2 | -11,3 |

Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

Além disso, **Castro (1992)** argumenta que o problema das distorções geradas pelo câmbio incoerente vai mais além do déficit da balança comercial. Os déficits são pagos com empréstimos estrangeiros, deste modo, a depreciação cambial aumenta a dívida externa, uma vez que os contratos são feitos em termos nominais. Ele ressalta, porém, que não há problemas em utilizar capital estrangeiro, desde que este seja destinado à promoção do desenvolvimento sustentável e, principalmente, para o desenvolvimento do setor exportador.

No final do governo socialista, há a disseminação da ideia de que houve uma "*campaña del terror*" iniciada pelos órgãos internacionais e pelo empresariado chileno para justificar o aumento da instabilidade e das taxas de crescimento pífiyas, a partir de 1972, quando os pacotes econômicos da *Unidad Popular* não surtiram efeito e a credibilidade já estava abalada. Em 11 de Setembro de 1973, há a tomada do poder pelos militares.

4.2. A Liberalização Comercial e suas Implicações

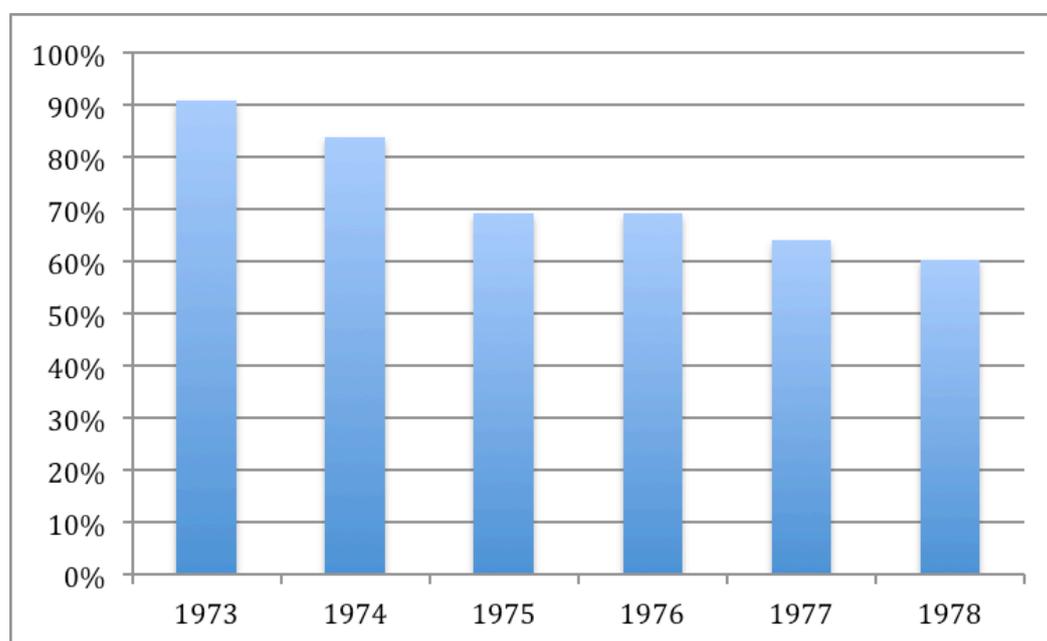
A reforma comercial inicia-se em 1973, com uma equipe econômica formada por economistas da *Universidad Católica de Chile*, seguidores da vertente econômica da escola de Chicago. A reforma previa, entre suas principais medidas, a redução tarifária e a remoção da maioria das barreiras não tarifárias de importação, e pretendia tornar o mercado o principal motor da economia.

Em 1976, todas as barreiras não tarifárias ao comércio já haviam sido eliminadas. A mudança de política comercial foi brusca, de tal forma que, em 1979, a tarifa de importação alcançou os 10%, para todos os produtos, com exceção dos automóveis (**Fuentes, 1997**).

Castro (1992) argumenta que há uma rejeição ao gradualista, na medida que, a liberalização comercial gradativa poderia comprometer as reformas. Isso pode ser justificado, primeiro, pois a abertura comercial não era a única reforma estrutural que estava sendo implementada no país, e segundo, pois desejava-se tirar proveito do ambiente político autoritário, que permitia aumento do desemprego sem pressões políticas consideráveis. Para os formuladores da reforma, era inevitável o aumento do desemprego, porém, este seria curto, uma vez que a abertura comercial realocaria rapidamente os recursos, dando incentivos naturais aos setores esmagados pelas políticas anteriores de substituição de importações.

As reformas surtiram efeito rapidamente, e em 1978, as exportações tiveram aumento de 98,6% em relação a 1973. Neste primeiro momento não houve diversificação do portfólio. Porém, o Gráfico 2, a seguir, mostra que com a adoção de política cambial mais realista, o setor de mineração voltou aos patamares anteriores ao governo socialista.

Gráfico 2 - Participação do setor de mineração nas exportações de 1973 a 1978



Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

Com respeito ao emprego, **Castro (1992)** argumenta que o desemprego gerado pelas reformas estruturais seria um fenômeno de curto prazo e seria menos grave do que parece. Ele argumenta que as atividades mais prejudicadas pela abertura comercial empregam menos trabalhadores que o setores mais beneficiados empregarão. Com isso,

o único problema seria a mobilidade relativa dos fatores, que com a mudança dos preços relativos, vai realocar os recursos nos setores mais eficientes de maneira gradativa e vai acabar gerando inflação³.

Urzúa (1981) mostra que houve um aumento de 99,4% na criação de empregos formais gerados pelo aumento das exportações entre 1973 e 1979, e estima que houve um aumento ainda maior nos empregos informais. Ela destaca que o setor industrial foi o mais beneficiado pela abertura, uma vez que este pode usufruir da absorção de tecnologias e maquinário do resto do mundo. A indústria chegou, em 1979, a 350 mil empregados, valor equivalente a mais da metade dos empregos gerados pela atividade exportadora naquele ano. Por outro lado, o setor agrícola foi o que gerou a maior quantidade de empregos por milhões de dólares exportados em 1979, 407 pessoas, seguido pela indústria com 280 pessoas, e mineração com 64 pessoas. A **Tabela 3**, a seguir, ilustra o total de trabalhadores requeridos pela atividade exportadora em 1979.

Tabela 3 - Total de emprego requerido pela atividade exportadora em 1979

| Setor | Emprego Direto (número de pessoas) | Emprego total: direto e indiretos (número de pessoas) | Exportações (Milhões de US\$) | Emprego total por cada milhão de US\$ exportado (Nº de pessoas para cada milhão de US\$) |
|---------------------------------------|--|---|---|---|
| Agrícola | 32.526 | 74.809 | 183,8 | 407 |
| Mineração | 63.490 | 146.027 | 2.264,1 | 64 |
| Industrial | 46.374 | 349.132 | 1.248,2 | 280 |
| Pecuário, Florestal e Pesqueiro | 13.397 | 30.813 | 52,4 | 588 |
| TOTAL | 155.787 | 600.781 | 3.749,5 | 160 |

Fonte: Serie de Estudios Económicos - Documentos de Investigación N° 7

Esses dados confirmam a hipótese proposta por **Castro (1992)**, de que a política de substituição de importações penalizava os setores com vantagens comparativas

³ De acordo com a teoria econômica, o aumento em alguns preços deveria ser contrabalanceada pela redução de outros, e o efeito sobre o nível de preços da economia seria zero. Porém, a rigidez dos preços e contratos, no curto prazo, vai tornar o ajuste mais lento, e vai causar inflação.

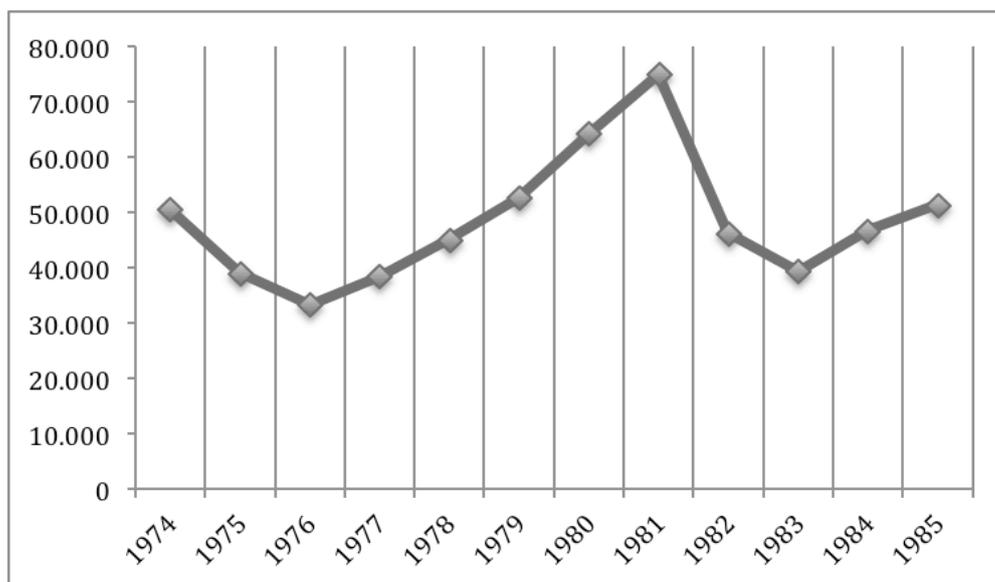
evidentes. Também podemos observar que houve um aumento na produtividade. A Tabela 4 mostra que houve redução da quantidade de trabalhadores por milhões de dólares exportados. Isso pode ser explicado pela mudança na política cambial, que antes favorecia o setor exportador de cobre. A mudança dessa política combinada com tarifas baixas de importação, vai fazer com que o setor agrícola, industrial e minerador se modernizem. O setor agrícola vai ter um incentivo automático à exportação devido a sua vantagem comparativa, e vai mudar o cenário do país de importador de alimentos para exportador.

Tabela 4 - Empregos diretos requeridos pela atividade exportadora

| Setor | Emprego Direto (Número de pessoas) | | | | Emprego direto para cada milhão de US\$ exportados (Nº de pessoas para cada milhão de US\$ de 1979) | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-----------------|-------------|--|-------------|
| | 1973 | 1979 | Aumento | | 1973 | 1979 |
| | | | Total | Percentual | | |
| Agrícola | 6.349 | 32.526 | 26.177 | 412,3 | 188 | 177 |
| Mineração | 63.309 | 63.490 | 181 | 0,3 | 48 | 28 |
| Industrial | 6.884 | 46.374 | 39.490 | 573,6 | 40 | 37 |
| Pecuário, florestal e pesqueiro | 1.574 | 13.397 | 11.823 | 751,1 | 231 | 258 |
| TOTAL | 78.116,0 | 155.787,0 | 77.671,0 | 99,4 | 51,0 | 42,0 |

Fonte: Serie de Estudios Económicos - Documentos de Investigación N° 7

A modernização dos setores produtivos, descrita no parágrafo anterior, pode ser observada no Gráfico 3, que mostra a formação bruta de capital fixo feita no período de 1974 a 1985. O processo se acentuou, de maneira que, a formação bruta de capital fixo chegou a corresponder 19% do PIB, em 1981. Porém, a partir de 1982, o efeito da instabilidade externa vai fazer com que seja interrompida a escalada da formação bruta de capital fixo, que vai apresentar níveis mais baixos, até a normalidade do setor externo.

Gráfico 3 - Formação bruta de capital fixo em milhões de Pesos de 1977, 1974-1985

Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

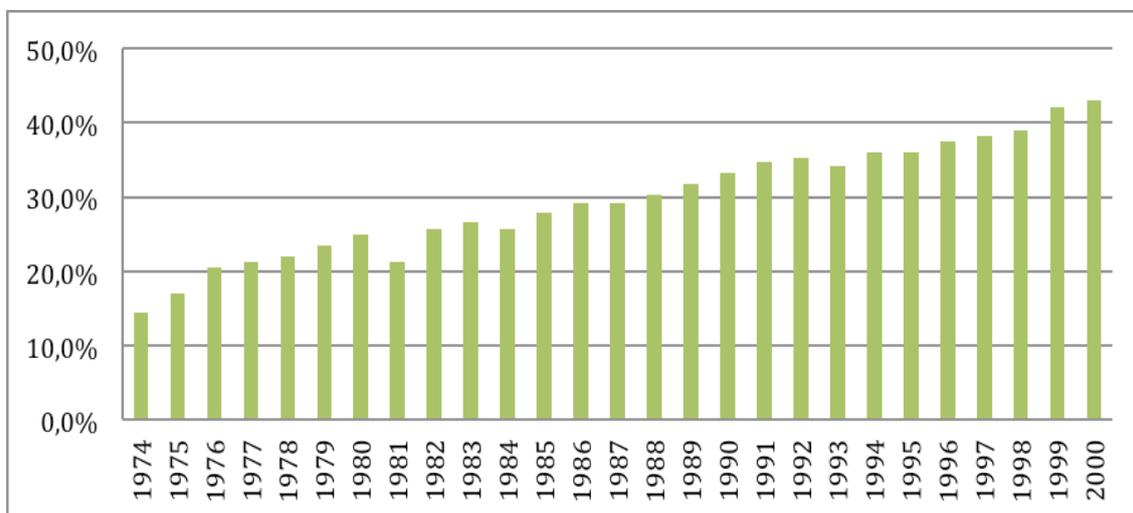
Após a conclusão do processo de abertura comercial, o novo modelo passou por modificações. Frente às dificuldades para controlar a inflação, foi necessário o aumento da taxa de importação de 10% para 20% em 1983, e 35% em 1984. Essas medidas foram necessárias para ajudar a conter o déficit da balança de pagamentos gerado pela fixação do câmbio nominal a um nível sobrevalorizado. Porém, o aumento taxa de importação foi anunciado publicamente à população com o compromisso firmado pelo governo de reduzi-las assim que o cenário retornasse ao planejado, de maneira a manter a credibilidade do modelo de economia pequena voltada para a exportação. Em 1985 é realizada uma nova reforma que reduz a taxa de importação para 20% ainda naquela ano, e para 15% em 1988.

A abertura comercial implementada no Chile foi caracterizada por **Schmidt-Hebbel (2006)** como a principal razão para o crescimento persistente da economia nos anos 1990, e seu êxito foi reconhecido pelos presidentes subsequentes ao período militar, que mantiveram as políticas comerciais, financeiras e fiscais, e focaram na redistribuição de renda do país.

Em 1974 as exportações correspondiam a 14% do PIB, enquanto que em 1985, este número foi elevado para 25%. A "*era dorada del crecimiento*", nome dado ao período de 1985 a 1997, teve taxa média de crescimento do produto igual a 7,68%, onde

o aumento da participação das exportações para a formação do PIB, foi o que puxou este resultado para cima, e em 2000, chegou a 43% do PIB, como ilustra o Gráfico 4.

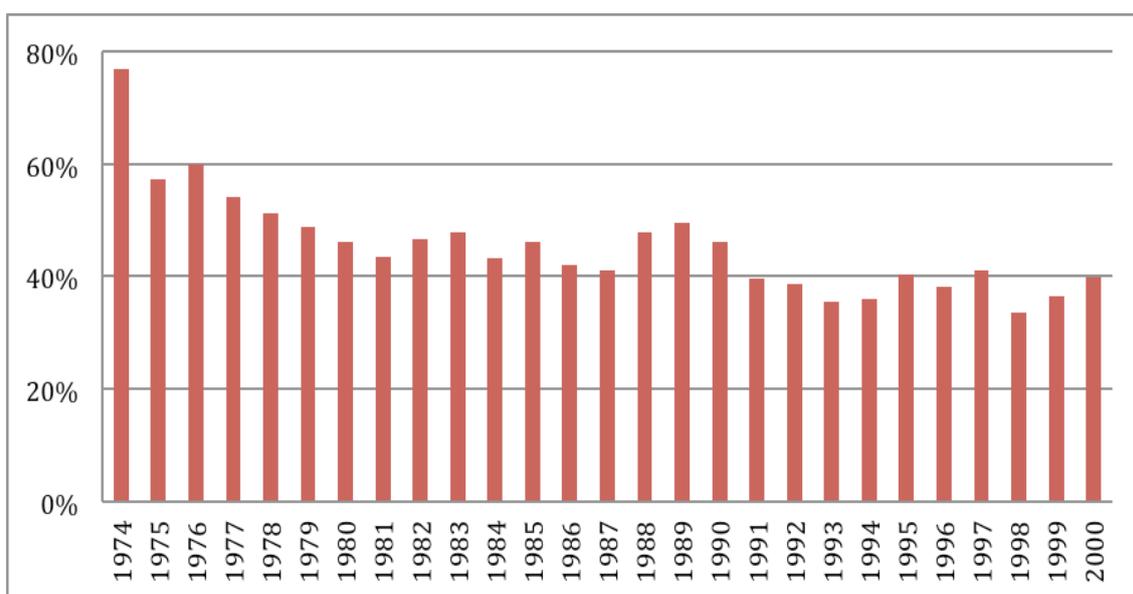
Gráfico 4 - Participação das exportações no produto interno bruto de 1974 a 2000



Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

Podemos verificar, também, a redução considerável da importância das exportações do cobre para o crescimento da economia chilena neste mesmo período. Esta cresceu em média a 11% ao ano, entre 1974 e 2000, porém, houve uma redução da sua participação nas exportações de 77%, em 1974, para 40% em 2000. O ilustra essa Gráfico 5 redução.

Gráfico 5 - Participação do cobre nas exportações de 1974 a 2000

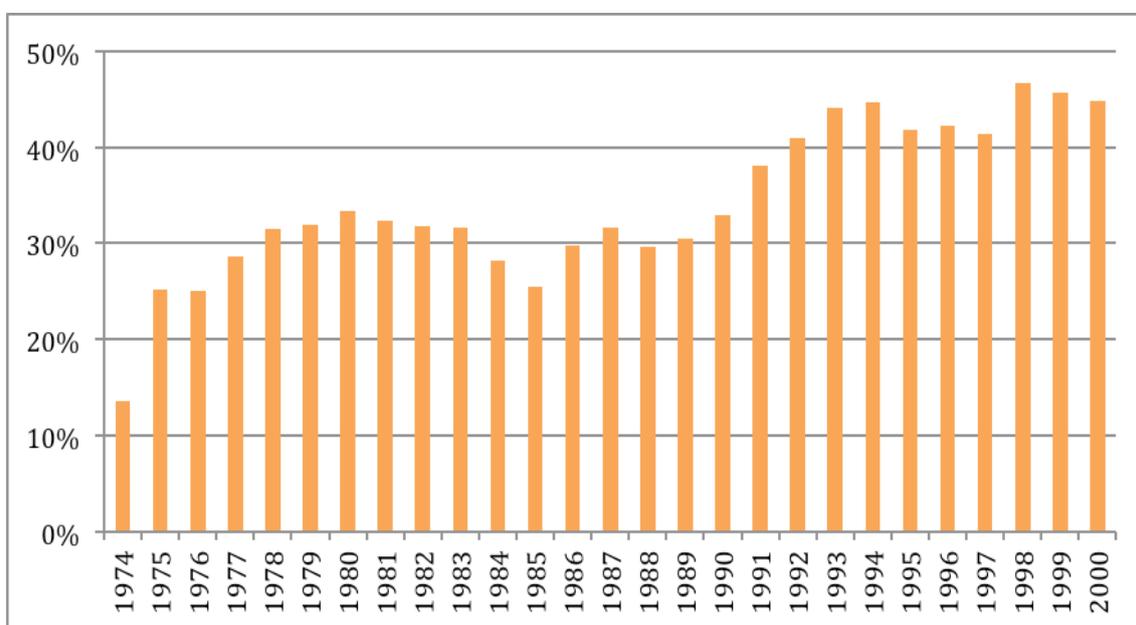


Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

A política comercial dos anos 1990 sofre uma mudança de enfoque frente às mudanças do contexto interno e externo. **Velasco e Tokman (1993)** argumentam que a abertura comercial unilateral deixou a impressão de ser pré-requisito para o crescimento, mas questionam se essa política de abertura será suficiente para a manutenção do crescimento sustentável das exportações. Os autores ressaltam que o governo militar consegue promover as reformas estruturais mais importantes para o fortalecimento das instituições na década de 1990, mas que o país não poderia se limitar às exportações de recursos naturais, mas deveria aumentar a exportação de produtos com maior valor agregado. Como vimos no subcapítulo 2.2, o comércio intraindústria produz ganhos acentuados às economias participantes, com isso, os autores argumentam que os acordos bilaterais contribuíram para que houvesse uma redução das tarifas de importação de produtos com maior nível de processamento, por parte dos países vizinhos.

As exportações de produtos industrializados cresceram em taxa média de 12% ao ano, no período de 1990 a 2000. O resultado desse crescimento pode ser visto no Gráfico 6, que mostra a participação da indústria para as exportações de 1974 a 2000.

Gráfico 6 - Participação da indústria nas exportações no período de 1974 a 2000



Fonte: Estatísticas Econômicas - Banco Central de Chile

A mudança do contexto internacional também colaborou para que houvesse o aumento dos acordos bilaterais entre os países, como discutido no subcapítulo 2.3. A

negociação de tais acordos se fez necessária, uma vez que a não participação deles, implicaria uma provável diminuição das exportações, uma vez que o fechamento do resto do mundo em blocos regionais causaria a exclusão das importações oriundas do Chile. Sendo assim, os acordos bilaterais ajudaram a manter o modelo implementado no país, complementando o processo de abertura unilateral iniciada em 1974 (**Fuentes, 1997**).

5. Alternativas para o Modelo Econômico Implementado

Como vimos no capítulo anterior, a abertura comercial foi propícia ao desenvolvimento dos setores da economia com vantagens comparativas, à eliminação das distorções sobre a alocação dos recursos, à diminuição dos *rents*, e à elevação do Chile ao patamar de economia exportadora. Porém, a implementação do modelo proposto pelos *Chicago Boys* se deu de maneira rápida e oportunista, uma vez que o sistema de governo favorecia à implementação de medidas menos populares, e causou fortes choques à população e aos setores produtivos. Com isso, trataremos de analisar as principais consequências da implementação da abertura comercial, de maneira a sugerir medidas que possam colaborar para a melhora do modelo.

O processo de abertura comercial permite que as empresas nacionais tenham acesso a maquinário e a insumos mais sofisticados provenientes de países desenvolvidos. Como discutimos anteriormente, há um grande transbordamento de conhecimento que acaba agregando valor aos produtos chilenos no longo prazo. Além disso, uma economia exportadora apresenta forte dependência da demanda externa. Em um contexto de desequilíbrios externo, temos que um país de economia aberta acaba sendo mais suscetível a choques externos, mesmo que o choque não sejam relacionados com a economia local. **Fraga et al. (2003)** argumentam que os choques externos têm maior grau de persistência em economias em desenvolvimento, pois as instituições não têm o mesmo nível de credibilidade e *know how* que se observa nos países desenvolvidos, e com isso, há uma maior necessidade de que autoridade monetária aja corretamente. Desta forma, temos que o modelo de abertura comercial chilena não depende, por si só, da remoção das barreiras ao comércio (unilateralismo) e dos acordos bilaterais, mas sim de um sistema de governo simples que permita que os agentes (públicos e privados) deem a melhor resposta aos choques externos.

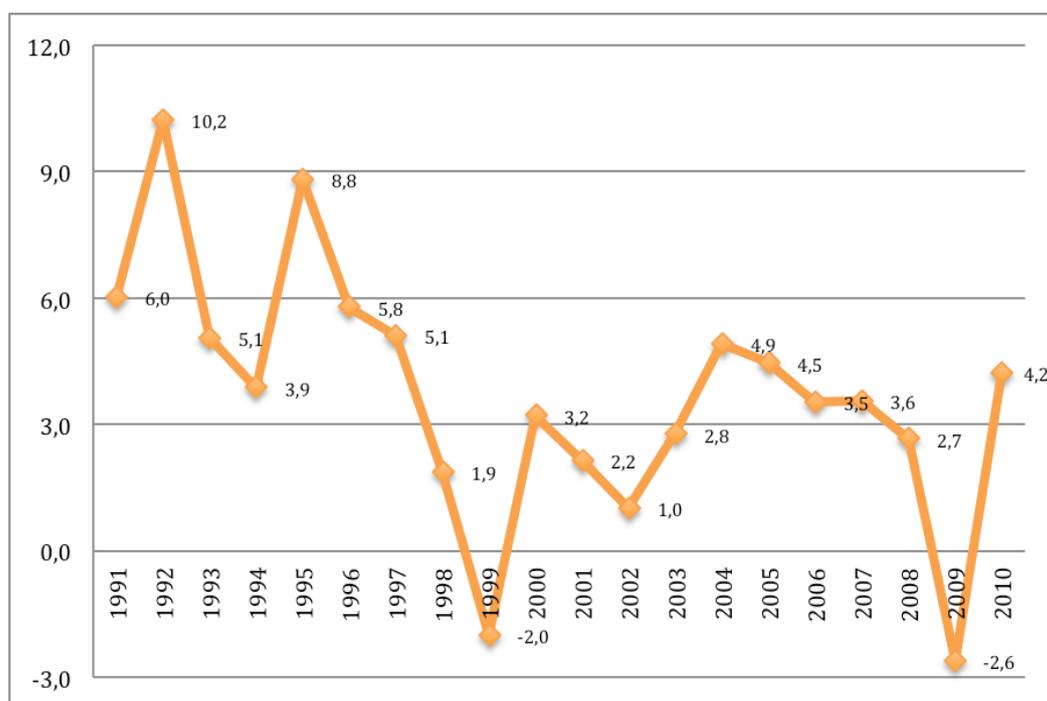
Nos anos 1990 houve a intensificação das reformas estruturais iniciadas no regime militar, que pretendiam consolidar a posição do Chile como economia pequena voltada para a exportação. Os governos democráticos pós ditadura promoveram, principalmente, reformas sociais, porém, houve um grande comprometimento com a manutenção das políticas comerciais implementadas anteriormente, e com as outras políticas implementadas que permitiram o país alcançar níveis de crescimento acima da média

mundial nos anos 1990, como o manejo consciente das contas nacionais e o respeito à propriedade privada.

O Chile tem sido um dos principais destinos de inversões estrangeiras na América Latina devido ao ambiente estável e propício aos negócios. Não obstante, novas reformas têm que ser feitas, para que o modelo implementado siga tendo o sucesso observado até então.

O Gráfico 7 nos mostra as taxas de crescimento do PIB per capita no período de 1991 a 2010. Apesar de observarmos uma taxa média de crescimento do PIB per capita de 3,7% ao ano, **Stallings (2001)** argumenta que a abertura comercial apresentou ganhos para todas as classes sociais do país, porém, o percentil mais pobre disfrutou muito menos da abertura que o resto da sociedade. Isso se dá, pois as privatizações e concessões feitas pelo governo para o setor privado não são fiscalizadas e regulamentadas de maneira a permitir a inserção da camada mais pobre da sociedade aos serviços considerados básicos. Com isso, novas reformas podem ser feitas para que esses indivíduos sejam inseridos na economia de mercado.

Gráfico 7 - Taxa de crescimento percentual PIB per capita, 1991-2010.



Fonte: Banco Mundial

É importante ressaltar que muitas das reformas realizadas durante a ditadura militar foram feitas de maneira oportunista, e não necessariamente teriam sido feitas conjuntamente em um contexto normal. Porém, elas foram realizadas, pois o regime autoritário permitia a execução de reformas drásticas que impactavam de maneira negativa na população no curto prazo, mas que seriam necessárias para completar o processo de abertura comercial, e gerar ganhos para a população no longo prazo (**Castro, 1992**). Com isso, as reformas não foram conduzidas da maneira mais adequada possível, uma vez que a prioridade era a rapidez e não a qualidade da execução. O regime militar era visto como provisório, e o atraso da execução, poderia implicar na não execução, e na conseqüente falha do modelo no longo prazo.

Também observamos hoje que há uma grande discriminação do mercado interno por parte dos exportadores. **Castro (1992)** argumenta que a possibilidade de exportar os excedentes da produção interna no mercado internacional permitiria que os produtores produzissem com ganhos de escala, porém, podemos observar que alguns setores discriminam o mercado interno, uma vez que a demanda externa é grande e os preços são mais elevados. Os grandes produtores de salmão são um exemplo disso, deixando o mercado interno dependente de produtores pequenos que não produzem em escala para abastecer o mercado interno.

Nos anos 1990 o Chile consolidou a nova abordagem ao livre comércio. Como falamos anteriormente, a mudança no contexto internacional fez com que tratados de livre comércio (tratados bilaterais) ganhassem importância significativa para que a população pudesse usufruir dos ganhos do livre comércio. Porém, o Chile ainda é um país com forte dependência das exportações de *commodities*, e principalmente, é dependente das exportações do cobre. Os tratados de livre comércio podem ser utilizados para reduzir tarifas de importação por parte dos outros países de produtos específicos (**Krugman e Obstfeld, 2003**), e com isso, o Chile pode desenvolver setores de interesse por meio da inserção de seus produtos em novos mercados. Com isso, haverá uma redução da dependência das exportações dos setores tradicionais, e uma conseqüente redução do crescimento em função dos preços internacionais do cobre.

O modelo implementado no Chile pode ser considerado exitoso, pois as reformas estruturais necessárias foram feitas, restando somente a necessidade de adequá-las melhor às mudanças que estejam por vir.

6. Conclusão

As políticas econômicas desenvolvidas no Chile depois da Segunda Guerra Mundial, parecem ter sido empregadas de maneira aleatória, na medida que desestimularam a produção de produtos para a exportação e penalizaram os setores com vantagens comparativas evidentes, mas elas não foram, uma vez que a ideia principal dos formuladores de política econômica era extrair o maior lucro possível do potencial minerador do país andino, porém, este penalizava fortemente a sociedade, principalmente durante o governo socialista de Salvador Allende.

A imposição de barreiras comerciais, que esteve inicialmente orientada para a política de substituição de importações, passou a ser utilizado para reduzir os déficits comerciais, porém, este processo acabou restringindo ainda mais a capacidade exportadora do país, e culminou no forte crescimento das importações de bens considerados essenciais, que poderiam ser produzidas internamente aproveitando, única e exclusivamente, a dotação inicial.

Em um contexto de desequilíbrios gerais da economia, foi necessária a adoção de medidas consideradas radicais, com elevados custos de implementação iniciais, que prometiam trazer o desenvolvimento sustentável no longo prazo. Muitos dos efeitos das reformas já foram sentidas nos primeiros anos do governo militar, com a criação de empregos formais, com o controle dos déficits, e com o controle da inflação frente a duas crises internacionais do petróleo. Porém, com o fim do regime militar, a manutenção das medidas tomadas nos anos anteriores por parte dos presidentes que sucederam a redemocratização, foi a demonstração de que o longo prazo havia chegado, e que a economia liderada pelo mercado pode trazer benefícios a todos.

A experiência chilena de abertura comercial se deu em meio a um conflito social muito grande, que acabou marcando a memória da população como um momento negativo. Porém, este trabalho pôde destacar a importância das medidas tomadas naquele momento, e pôde analisar como a abertura comercial trouxe bem-estar para a população, podendo destacar a redução da importância do cobre para o crescimento e o considerável aumento das exportações de produtos industrializados, como pontos fortes do modelo.

Obviamente não podemos dizer que a abertura comercial foi a única razão para o sucesso do Chile nos últimos 30 anos, pois juntamente com a abertura comercial, outras reformas estruturais importantes foram feitas, que serviram de alicerce para o desenvolvimento da economia tricontinental, que cresceu em média 2,9% ao ano entre 1973 e 2010. Mas, certamente, podemos afirmar que o modelo implementado no Chile servirá de exemplo para aqueles países que desejam promover a abertura comercial.

7. Bibliografía

BANCO CENTRAL DE CHILE. **Indicadores Económicos y Sociales de Chile 1960-2000**. Santiago: Banco Central de Chile, 2001

CALDERÓN, C e FUENTES, R. **¿Cuánto Explican Las Reformas y La Calidad De Las Instituciones El Crecimiento Chileno? Una Comparación Internacional**. Banco Central de Chile: Documentos de Trabajo No. 314. Abril, 2005. Disponible em: <http://www.bcentral.cl/eng/studies/working-papers/pdf/dtbc314.pdf>

CENTRO DE ESTUDIOS PUBLICOS. **“El Ladrillo”: Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. 2a Ed. Santiago, Chile: Cep Chile, 1992. Disponible em: http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_794_pag_1.html

FFRENCH-DAVISY, R. e STARLLINGS, B. **Reformas, Crecimiento y Políticas Sociales en Chile Desde 1973**. 1a Ed. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

FUENTES, R. **El Futuro del Libre Comercio en el Continente Americano: Análisis y Perspectiva**. 1a Ed. Universidad Nacional Autónoma de México, México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1997. Disponible em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/1/143/15.pdf>

FRAGA, A., GOLDFAJN, I. e MINELLA, A. **Inflation Targeting in Emerging Market Economies**. National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 10019. Outubro, 2003. Disponible em: <http://www.nber.org/papers/w10019>

GARCÍA, A., WISECARVER, D, FONTAINE, J. A. E FFRENCH-DAVIS, R. **¿Qué pasó con la economía chilena? Cuatro enfoques**. Estudios Públicos: N° 11, 1983. Disponible em: http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_1462.html

KRUGMAN, P. **Is Bilateralism Bad?** National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 2972. Maio, 1989. Disponible em: <http://time.dufe.edu.cn/spti/article/krugman/krugman022.pdf>

KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M. **Economía Internacional: Teoría e política**. 6a Ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003.

MONFORT, B. **Chile: Trade Performance, Trade Liberalization and Competitiveness**. International Monetary Fund: Working Paper No. 08/128. Maio, 2008. Disponible em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2008/wp08128.pdf>

MORENO, R. **Policymaking from a “Macprudential” Perspective in Emerging Market Economies**. BIS, Working Paper No. 336. Janeiro, 2011. Disponible em: <http://www.bis.org/publ/work336.htm>

SCHIFF, M. **Chile's Trade Policy: An Assessment**. Banco Central de Chile: Documento de Trabajo No. 151. Abril, 2002. Disponible em: <http://www.bcentral.cl/eng/studies/working-papers/pdf/dtbc151.pdf>

SCHMIDT-HEBBEL, K. **El Crecimiento Económico de Chile**. Banco Central de Chile: Documentos de Trabajo No. 365. Junho, 2006. Disponível em: <http://www.bcentral.cl/eng/studies/working-papers/pdf/dtbc365.pdf>

SPILIMBERGO, A. **Copper and the Chilean Economy, 1960-98**. Internacional Monetary Fund: Working Paper 99/57. Abril, 1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp9957.pdf>

STIGLITZ, J. **Globalization and Its Discontents**. 1a Ed. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

URZÚA, V. **Empleo Generado por las Exportaciones: Chile 1978-1979**. Serie de Estudios Económicos: Documento de Investigación No. 7. Outubro, 1981. Disponível em: <http://www.bcentral.cl/estudios/estudios-economicos/pdf/serieestudios07.pdf>

VELASCO, A. e TOKMAN, M. **Opiciones para la Política Comercial Chilena en los 90**. Estudios Públicos: N° 52. Primavera, 1993. Disponível em: http://www.cepchile.cl/dms/archivo_1474_1355/rev52_velasco.pdf